



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 16 – EDUCAÇÃO, DIVERSIDADES, DIFERENÇAS E INCLUSÃO SOCIAL

Concepções de beleza e sua relação com o bullying no ambiente escolar: impacto da exclusão na juventude negra baseado na estética dos corpos sob olhar da Sociologia.

Autor 1¹ FERREIRA, L.S

Autor 2² FLOR, C.G

¹ Mestranda, cientista social, Unesp Marília, ProfSocio, luciana-ferreira.santos@unesp.br.

² Doutor, Departamento de Antropologia, professor da Unesp/Marília/ProfSocio, caue.flor@unesp.br.

INTRODUÇÃO

O que é beleza? Longe de representar uma categoria neutra ou meramente estética, a beleza constitui-se como um constructo social atravessado por relações históricas de poder, raça e dominação simbólica. Na perspectiva sociológica, os padrões de beleza não apenas expressam preferências culturais, mas operam como instrumentos de hierarquização social que legitimam determinados corpos enquanto inferiorizam outros, produzindo mecanismos sutis e explícitos de exclusão.

A presente pesquisa, acontece na cidade de Marília, interior de SP, numa escola pública de periferia, que apresenta alto índice de violências, este artigo, faz parte do primeiro capítulo, levantamento bibliográfico e de dados estatísticos, onde trago algumas contribuições e reflexões sobre o tema abordado. Tendo em vista, que interajo com a pesquisa junto a minha própria trajetória social marcada por desigualdades estruturais, vivenciadas no contexto da minha família afrodescendente, inserida em condições de vulnerabilidade socioeconômica, relaciono como a construção da identidade, interfere na auto estima, aceitação dos corpos, como a construção da minha identidade etnorracial como uma mulher negra, nesse percurso, ocorreu de forma tardia, atravessada por processos de silenciamento, negação e ausência de referências positivas no campo social e educacional, a ponto de me sentir “feia”, de onde vem esse pensamento que determina o que é ser belo ou feio? Tal experiência não se configura como um caso isolado, mas reflete dinâmicas históricas mais amplas que estruturam a sociedade brasileira e também no ambiente escolar, que estão relacionados contextos históricos do povo brasileiro.

“Todo povo colonizado - isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural- toma posição diante da linguagem da nação civilizatória, isto é, da cultura metropolitana”. (FANON, 2008, p.34)

O Brasil possui sua constituição sob vivência do racismo em suas múltiplas dimensões, simbólica, estética e estrutural. Inserida dentro deste contexto de racialização das visões de mundo, a construção da minha identidade etnorracial ocorreu de forma tardia, atravessada por

processos de negação, silenciamento e ausência de referências positivas, indo de encontro com os estudos de Franz Fanon, subjetividade me fez ser uma mulher embranquecida e não negra.

Durante a infância e adolescência, a falta de representatividade negra nos espaços sociais, principalmente na década de 90, período que em que eu nasci, especialmente na escola e na mídia, contribuiu para a internalização de padrões de beleza eurocêntricos, que colocavam corpos negros em posição de inferioridade.

Nesse cenário, a escola, que deveria atuar como espaço de acolhimento e formação crítica, revelou-se também um ambiente de reprodução de desigualdades. As relações interpessoais eram marcadas por distinções raciais e estéticas, nas quais estudantes com características associadas à branquitude — como pele clara, cabelos lisos e traços finos — recebiam maior valorização simbólica ou seja mais afeto. Em contrapartida, corpos negros e periféricos eram frequentemente alvo de rejeição, invisibilização e violências cotidianas, muitas vezes naturalizadas sob a forma de “brincadeiras” ou classificadas genericamente como bullying.

A experiência que vivi evidencia que tais práticas não podem ser compreendidas apenas como conflitos interpessoais isolados. Ao contrário, elas se inserem em uma estrutura histórica mais ampla, marcada pelo colonialismo e pela hierarquização racial. Conforme argumenta Frantz Fanon (2008), o racismo opera também no plano da subjetividade, produzindo um complexo de inferioridade que leva indivíduos negros a rejeitarem suas próprias características e a buscarem aproximação com o ideal branco dominante. O que isso tem haver com a beleza? O mais óbvio, num país onde maioria da população é negra, deveriam nos aceitar mais esteticamente, mas com esse processo de alienação racial, os padrões de beleza funcionam como instrumentos de dominação simbólica, legitimando a exclusão e a desumanização de determinados corpos.

No contexto brasileiro, essa lógica se manifesta de forma particularmente intensa, considerando a herança da escravidão e a persistência do racismo estrutural. A valorização da estética branca é reforçada por diversos mecanismos sociais, como a mídia, a indústria cultural, capitalismo e os produtos de consumo, que historicamente privilegiaram representações eurocêntricas. Brinquedos, programas televisivos e narrativas infantis

contribuíram para a construção de um imaginário no qual o belo está associado à branquitude, enquanto o feio e o negativo são frequentemente vinculados à negritude. Basta observarmos os desenhos infantis como as princesas da Disney ou brinquedos como a boneca Barbie, até mesmo programas de TV nos anos 90, programa da Xuxa e as paquitas, impacto que isso gerou na infância e a subjetividade racial desvalorizando a beleza e estética negra.

Os impactos dessa construção são evidentes na trajetória de jovens negros, especialmente no ambiente escolar. Dados recentes indicam que práticas de humilhação, intimidação e exclusão são recorrentes entre estudantes, afetando significativamente sua autoestima, desempenho acadêmico e saúde mental. Embora frequentemente classificadas como “bullying”, tais violências apresentam forte relação com marcadores sociais como raça, gênero e aparência física, o que exige uma análise mais aprofundada de suas origens estruturais.

Diante disso, esta pesquisa propõe refletir sobre a relação entre padrões de beleza e as práticas de violência no ambiente escolar, problematizando os limites do conceito de bullying quando aplicado a contextos marcados pelo racismo. Parte-se da hipótese de que a estética dos corpos especialmente os corpos negros, desempenha um papel central na produção de exclusões e hierarquias no espaço escolar, sendo diretamente influenciada por uma lógica eurocêntrica historicamente construída. Ou seja, busco investigar, que não existe bullying quando se trata de corpos negros em sofrimento, com práticas de violências em suas diversas configurações, para isso chamamos de racismo, que ao assumirmos a palavra “bullying” invisibiliza mais uma vez enfrentamentos ao racismo, ou seja, juventude negra sofre racismo institucionalizado da gestão escolar em não reconhecer sofrimento das vítimas afrodescendentes. Faço a crítica sobre adotar palavras estrangeiras (bullying), para dar nomes as violências, fatos que já são existentes a grupos sociais marginalizados historicamente, marcados pela colonialismo, patriarcalismo brasileiro, diminuindo as lutas, bandeiras e conquistas dos movimentos sociais feministas, LGBTQIA+ e negros.

A partir da perspectiva sociológica, busca-se compreender como essas dinâmicas operam no cotidiano dos estudantes, bem como seus impactos na construção da identidade e no sentimento de pertencimento. Ao mesmo tempo, pretende-se contribuir para o debate sobre a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a valorização da diversidade e o

enfrentamento das desigualdades raciais, reconhecendo o corpo como um território político atravessado por relações de poder.

Assim, mais do que analisar dados e categorias abstratas, este estudo procura dar visibilidade às experiências concretas de jovens negros, evidenciando como a violência estética e simbólica se articula ao racismo estrutural. Com isso, reafirma-se a importância de desnaturalizar padrões de beleza e questionar as bases históricas e sociais que sustentam a exclusão, abrindo caminho para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e emancipadora.

Nesse sentido, a noção de beleza ultrapassa sua dimensão estética e deve ser compreendida como uma construção social permeada por relações de poder. Conforme argumenta Frantz Fanon (2008, p. 34), “todo povo colonizado [...] toma posição diante da linguagem da nação civilizatória, isto é, da cultura metropolitana”, evidenciando como os referenciais culturais europeus são internalizados como padrão universal. Essa imposição cultural contribui para a formação de um complexo de inferioridade nos sujeitos colonizados, afetando diretamente a forma como percebem seus corpos, suas identidades e seus lugares sociais.

No contexto brasileiro, marcado pela herança do colonialismo e da escravidão, os padrões de beleza foram historicamente associados à branquitude, estabelecendo critérios que hierarquizam corpos e produzem exclusão simbólica. Fanon (2008, p. 60) explicita essa lógica ao afirmar que “ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente”, revelando a associação entre valor social e características fenotípicas eurocêntricas. Dessa forma, a negritude passa a ser vinculada a atributos negativos, reforçando processos de desumanização e inferiorização.

Essas construções simbólicas são amplamente reproduzidas por meio de instituições sociais, como a mídia e a escola. No ambiente escolar, tais dinâmicas se manifestam nas relações interpessoais entre estudantes e professores, nas quais características associadas à branquitude tendem a ser valorizadas, enquanto corpos negros são frequentemente alvo de rejeição, invisibilização e violência simbólica. Muitas dessas práticas são naturalizadas e classificadas como “bullying”, o que pode obscurecer suas raízes estruturais.

Para contribuir nesta pesquisa, faço comparação do banco de dados nacionais, um dos mais completos e referencia sobre o violência escolar, ligado aos órgãos do poder executivo, sobre bullying, são os boletins técnicos do Ministério da Educação ligados ao Programa Escola que Protege, vinculado ao Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), que reuni diversos bancos de dados, com metodologias diferentes, mas que traz panorama da violência escolar, dados ligados a segurança pública, SAEB, Disque 100, Conselho Tutelar, IBGE, com o objetivo de fortalecer estratégias de prevenção e resposta às violências nas escolas, promovendo a convivência democrática e a cultura de paz. A elaboração deste material considerou as recomendações do Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, instituído pela Portaria MEC nº 1.089/2023, e se insere no contexto do Seminário Internacional pelo Enfrentamento do Bullying nas Escolas, promovido pelo Ministério da Educação, como parte das ações de divulgação e fortalecimento do SNAVE. Desde a primeira edição da PeNSE, realizada em 2009, a pesquisa tem utilizado dois instrumentos eletrônicos de coleta para registro de dados fornecidos pelos estudantes e escolas com turmas selecionadas na amostra: questionário do aluno e questionário do ambiente escolar.

A quinta edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, realizada em 2024, foi planejada para fornecer resultados representativos de escolares de 13 a 17 anos matriculados e com frequência regular em escolas públicas e privadas de todo o Território Nacional.

A metodologia da pesquisa contempla dois instrumentos de coleta de dados: questionário do aluno e questionário do ambiente escolar. O primeiro é respondido por estudantes das turmas selecionadas na amostra e abrange aspectos relacionados aos fatores de risco e de proteção à saúde. O questionário do ambiente escolar é respondido exclusivamente por diretores (as) ou responsáveis das escolas na amostra, cujas informações abrangem desde características estruturais, assim como aspectos relativos à gestão e ao funcionamento da escola que se interrelacionam com alguns os temas abordados no questionário do aluno.

Nesse sentido, os resultados divulgados do questionário do ambiente escolar representam exclusivamente as escolas públicas e privadas frequentadas por estudantes brasileiros de 13 a 17 anos que responderam a pesquisa, não representando o total estabelecimentos de ensino públicos e privados que compõem a educação básica brasileira.

Produzidos em 2024 e 2025, totalizando cinco boletins técnicos, este material oferece um panorama atualizado sobre o bullying e o cyberbullying nas escolas brasileiras, com o objetivo de subsidiar políticas públicas, orientar práticas pedagógicas e fortalecer as ações de prevenção e enfrentamento às violências no ambiente escolar. (MEC, 2025)

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 39,1% dos estudantes relataram ter sido humilhados por colegas ao menos uma vez em um período recente, sendo que as motivações mais frequentes estão relacionadas à aparência do corpo (16,5%) e do rosto (10,9%), enquanto a raça/cor aparece em 4,6% dos casos (IBGE, 2019). No entanto, a aparente baixa incidência de violência racial explícita não elimina sua centralidade, uma vez que os padrões estéticos que fundamentam tais agressões estão profundamente racializados.

Um aspecto que a PeNSE revela, é que, entre 2019 e 2024, o bullying entre estudantes se intensificou. Mesmo onde o percentual de alunos que não sofreram bullying se mantém estável, observa-se aumento da frequência das agressões entre aqueles que vivenciaram o problema. A prevalência equilibrada do bullying entre os alunos de escolas públicas e alunos de escolas privadas, indica que o bullying é um problema mais amplamente distribuído na sociedade.

De forma geral, o adolescente brasileiro mostra-se menos satisfeito com sua imagem corporal, com quedas sucessivas demonstradas nas edições da PeNSE em 2015, 2019 e 2024. Quanto à autopercepção, predominantemente, esses estudantes declaram-se “nem gordo, nem magro”, com diferenças pronunciadas entre os sexos e as dependências administrativas da escola. Em sua maioria, eles tendem a não buscar alterar o peso corporal, mas quando o fazem, são as meninas que mais buscam a perda de peso ao passo que os meninos desejam o ganho de peso, com a maior frequência do comportamento de perda de peso entre os estudantes das escolas privadas

Tabela 1.0- Notificação de violência Interpessoal na escola em 2023.



Nesse aspecto, o conceito de bullying, embora relevante para a compreensão de violências interpessoais, apresenta limitações quando desconsidera os marcadores sociais que estruturam essas práticas. Conforme destacado em documentos institucionais, “quando motivado pelo racismo, o bullying assume um caráter ainda mais grave, pois reforça e perpetua desigualdades estruturais” (BRASIL, 2025, p. 11). Tal afirmação evidencia a necessidade de distinguir analiticamente o racismo como fenômeno estrutural, que transcende relações individuais e se manifesta em diferentes esferas sociais.

A escola, enquanto espaço de socialização, desempenha papel ambíguo nesse processo. Por um lado, pode reproduzir valores hegemônicos e contribuir para a manutenção das desigualdades; por outro, possui potencial para promover a emancipação crítica dos sujeitos. No entanto, como aponta Mendonça (2011, p. 352), a instituição escolar tem se distanciado de sua função formadora, tornando-se “reprodutora de um conjunto de valores ideológicos que visam à hegemonia dos interesses dominantes”.

A partir dessa perspectiva, torna-se fundamental compreender o corpo como um território político e social, no qual se inscrevem disputas simbólicas relacionadas à raça, gênero e classe. A internalização de padrões de beleza eurocêtricos pode gerar impactos profundos na subjetividade de jovens negros, levando à negação identitária e à busca por assimilação.

Fanon (2008, p. 162) denomina esse processo como resultado de uma “imposição cultural irrefletida”, que molda o inconsciente coletivo e influencia comportamentos e percepções.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre padrões de beleza e práticas de violência no ambiente escolar, com ênfase na experiência de jovens negros. Busca-se problematizar a utilização do conceito de bullying como categoria explicativa universal, investigando em que medida tais práticas estão articuladas ao racismo estrutural e à reprodução de hierarquias estéticas racializadas.

Assim, ao articular experiência vivida, referencial teórico e dados empíricos, este estudo pretende contribuir para a desnaturalização das relações de poder que operam no cotidiano escolar, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade e a promoção da equidade racial. Mais do que compreender o fenômeno, trata-se de tensionar as estruturas que o sustentam, abrindo possibilidades para a construção de uma educação crítica, inclusiva e socialmente transformadora.

DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação de abordagem qualitativa, com caráter interventivo, desenvolvida por meio da implementação de uma proposta pedagógica em uma escola pública de ensino fundamental e médio localizada em área urbana. A escolha da instituição deu-se em função da ocorrência recente de episódios de discriminação racial, os quais evidenciaram a necessidade de ações educativas voltadas ao enfrentamento de violências simbólicas e estruturais no ambiente escolar.

A intervenção foi planejada em diálogo com a equipe gestora e pedagógica da escola, considerando demandas identificadas pela comunidade escolar, especialmente relacionadas a

situações de racismo, intolerância religiosa, discriminação de gênero, desrespeito ao uso do nome social e preconceitos associados a padrões estéticos corporais. As ações tiveram como objetivo promover espaços de escuta, reflexão crítica e mediação pedagógica, contribuindo para a construção de relações escolares baseadas no respeito à diversidade e na convivência democrática.

Do ponto de vista metodológico, utilizou-se uma sequência didática autoral, estruturada em três etapas: (1) abordagem teórica, (2) sensibilização e discussão sobre aspectos legais com apoio de agentes externos, e (3) prática pedagógica com avaliação dos resultados. Entretanto, no período da pesquisa, foram executadas as duas primeiras etapas. A intervenção ocorreu entre setembro e novembro de 2025, envolvendo aproximadamente 600 estudantes do ensino fundamental e médio.

Como instrumento de coleta de dados, foi aplicado um questionário online, por meio da plataforma Google Forms, com o objetivo de compreender as percepções dos estudantes acerca das dinâmicas de bullying, padrões estéticos e experiências de discriminação no ambiente escolar. Ao todo, foram obtidas 54 respostas, cujos dados encontram-se em processo de análise.

As atividades foram organizadas de modo a estimular a participação coletiva, a problematização de situações concretas e a construção compartilhada do conhecimento já que havia ocorrências de violência racial envolvendo aluno e professor que gerou repercussão na cidade de Marília, interior de SP.

Além disso, a intervenção adotou uma abordagem interdisciplinar, articulando conteúdos das áreas de Sociologia, História e Produção Textual, e incorporando diferentes recursos didáticos, como vídeos, imagens, dados estatísticos e recortes de notícias. A metodologia também prevê a participação de profissionais de outras áreas, como saúde e direito, reforçando o caráter intersetorial das ações voltadas ao enfrentamento das violências escolares.

Dessa forma, a pesquisa busca não apenas compreender o fenômeno do bullying em sua relação com padrões sociais de beleza, mas também intervir na realidade escolar, promovendo

práticas educativas que contribuam para a formação crítica dos estudantes e para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e equitativa.

CONCLUSÃO

Falar sobre bullying é falar sobre padrões de beleza, é algo anterior que operacionaliza e naturaliza as práticas ideológicas do conservadorismo patriarcal, reforçam e legitimam e justificam as violências e o bullying dentro da escola, relação de poder, construção de identidades, violências, são temas da sociologia, e um desafio como fenômeno crescente e de problemática social, muito próximo da realidade dos alunos, pois envolve questões de gênero, etnoracial, etnocentrismo, interseccionalidade, opressão, capitalismo, consumismo, feminismo, violações de direitos, humanos, ECA – Estatuto da Criança e Adolescentes.

Apesar dos avanços normativos e institucionais ocorridos na última década, notadamente a promulgação da Lei nº 13.185/2015 Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional e mais recentemente, da Lei nº 14.811/2024, Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e dos adolescentes, os dados analisados evidenciam que a intimidação sistemática segue presente no cotidiano de nossas escolas.

Importante destacar que as violências simbólicas e interpessoais afetam de forma desproporcional meninas, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos minorizados, exigindo políticas públicas que reconheçam e enfrentem essas iniquidades de maneira estruturante .

Estudar sobre questões do bullying é refletir sobre recorte de raça/etnia, classe e gênero, mas quando se trata de recorte de raça e etnia, dados ficam ocultos, invisibilizados ou subnotificados, esta será uma das investigações, o por que isso acontece?

A intenção é de problematizar tema na escola que façam os alunos refletirem seus comportamentos tóxicos e abusivos, que naturalizam tais violências, que reproduzem práticas de violação de direitos humanos, anti-éticas e reforçam estereótipos de natureza racista, uma

demonstração de força da relação de poder hegemônico das branquitudes da herança colonialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Currículo Paulista. São Paulo: SEDUC/SP, 2011.

ECO, H. História da beleza. Tradução Eliana Aguiar. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. (1980). Racismo e cultura. In Em defesa da revolução africana (pp. 35-48). Sá da Costa.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Z Cultural, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 2, 2013.

SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. Série Antropologia, Brasília, n. 372, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2005.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Segundo boletim técnico: Escola que Protege — tema cyberbullying. Brasília: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege/segundo-boletim-tecnico-escola-que-protege.pdf>. Acesso em: 10/09/2025. (na intervenção pedagógica foi utilizado esta pesquisa)

BRASÍLIO, L. A. Um olhar sócio-histórico sobre a beleza: das amarras à alteridade. 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a8e6d269-cbad-4bf9-898c-7d8d6213dc30> . Acesso em: 15/09/2025. (na intervenção pedagógica foi utilizado esta pesquisa)

IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 fev. 2026.

Lopes, A. A., Neto. (2005). Bullying- comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 164-172. disponível: <https://www.scielo.br/j/jped/a/gvDCjhggGZCjttLZBZYtVq/?format=pdf&lang=pt> acesso: 28/02/2026.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; PASINI, Audri Inês; LEVANDOWSKI, Gabriel. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 203-215, ago. 2013. link: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v15n2/16.pdf> acesso: 28/02/2025

TESSARO, Mônica; TREVISOL, Maria Teresa Ceron; PEREIRA, Maria Beatriz Ferreira Leite de Oliveira; BERNARDI, Fernanda Schneider. Estratégias de prevenção e manejo do bullying na escola: uma análise sistemática da literatura. *Educação*, Santa Maria, v. 48, e69981, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644469981>. Acesso em: 28 fev. 2026.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 31, n. 85, p. 341-357, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 fev. 2026.